

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.285 - SP (2019/0101962-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : VALTER BONI FERREIRA
ADVOGADO : RAFAEL DA SILVA CATARINO E OUTRO(S) - SP359763
RECORRIDO : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832
HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887
THAIS DE MELLO LACROUX - SP183762
ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR - SP296739
SOC. de ADV. : SOCIEDADE DE ADVOGADOS ARYSTOBULO FREITAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **VALTER BONI FERREIRA**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 211, e-STJ):

Ação declaratória c.c. indenização por dano moral. Negativação. Relação de consumo, súmula 297 do STJ. Débito não reconhecido pelo autor. Contexto probatório que autoriza o reconhecimento da responsabilidade civil da requerida. Danos morais configurados. Recursos desprovidos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 237-240, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 243-247, e-STJ), o recorrente aponta violação ao artigo 85, § 11, do CPC/15, ao argumento de que devem ser majorados os honorários advocatícios na hipótese, visto que fora negado provimento ao recurso de apelação da parte adversa. Aduz que o Tribunal *a quo* não poderia ter mantido o percentual fixado na sentença.

Contrarrazões apresentadas às fls. 250-253, e-STJ.

Em razão do juízo negativo de admissibilidade, adveio o agravo de fls. 260-264, e-STJ, o qual fora provido para melhor análise da matéria (fls. 298-299, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. O recorrente aponta violação ao artigo 85, § 11, do CPC/15, sustentando ter direito à majoração dos honorários advocatícios em grau recursal, ante ao desprovimento da apelação interposta pela parte adversa, ora recorrida, providência não adotada pela Corte Estadual.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu:

Os honorários advocatícios fixados na r. sentença em 15% sobre o valor econômico obtido não comporta redução, tendo sido observado os parametros do artigo 85, parágrafo 2º, do CPC. (fl. 219, e-STJ)

A questão dos honorários advocatícios foi levantada nos recursos de ambas as partes, os quais restaram igualmente desprovidos.

Ademais, no v. Acórdão constou que os honorários advocatícios fixados na

Superior Tribunal de Justiça

r. sentença em 15% sobre o valor econômico obtido obedeceu os parâmetros do artigo 85, parágrafo 2º, do CPC, não comportando redução. Como o tema foi analisado quando do enfrentamento das alegações levantadas no recurso do ora embargado, inexistiu omissão no julgado. Ficou assentada a adequação do arbitramento realizado em Primeiro Grau. (fl. 239, e-STJ)

Como se vê, o órgão julgador, ainda que instado a se manifestar por meio de embargos de declaração, não majorou os honorários recursais, destoando, assim, da jurisprudência desta Corte acerca da matéria.

De acordo com o posicionamento da Segunda Seção (Resp 1.539.725), é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, § 11, do CPC/15, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: **a)** decisão recorrida publicada a partir de 18/3/16, quando entrou em vigor o novo CPC; **b)** recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; **c)** condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

Nesse sentido: EDcl no AgInt no REsp 1803362/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1467938/MA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 26/09/2019.

Com efeito, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, é devida a majoração de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC/15, quando presentes os supracitados requisitos, como ocorre no caso dos autos.

Na hipótese, portanto, devida a majoração dos honorários arbitrados na origem em 15% sobre o valor econômico obtido (fl. 218, e-STJ), no percentual de 3%, levando-se em conta os limites do § 2º do art. 85 do NCPC.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para majorar de 15% (quinze por cento) para **18% (dezoito por cento)** os honorários sucumbenciais em favor da parte ora recorrente, ante o disposto no artigo 85, § 11, do NCPC, com base nos limites do § 2º do referido comando legal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator